

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA TURMA 2011

LUCIANO CLEOSON STODULNY

TEORIA DAS ELITES E O PROCESSO POLIARQUICO NO ESTADO DO PARANA

CURITIBA

2012

LUCIANO CLEOSON STODULNY

TEORIA DAS ELITES E O PROCESSO POLIARQUICO NO ESTADO DO PARANA

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia política, do Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná como parte das exigências para obtenção do título de Especialista em Sociologia política.

Orientador: Paulo Roberto Neves Costa

CURITIBA

2012

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Paraná (UFPR) por me ter dado a oportunidade de pesquisar este tema de especialização.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Roberto Neves Costa, por terem aceitado meu projeto de pesquisa, por seu apoio e paciência no decorrer de toda a pesquisa, por suas opiniões, dicas oportunas e correções aportadas ao texto desta monografia.

Da mesma forma, agradeço a todos os professores da UFPR por compartilhar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Finalmente agradeço a Deus e aos meus pais pela vida, a minha esposa Olly sempre presente pelo carinho e compreensão e ao nosso filho Arthur recém nascido em meio a toda turbulência deste momento pelo apoio moral para que nunca desistamos de nossos sonhos.

A distinção política que realmente importa é aquela entre os governantes, sendo esses a minoria detentora do poder e os governados o grande grupo sobre o qual o poder incide.

MOSCA

## RESUMO

Esta monografia pretende apresentar uma leitura a cerca da construção da teoria das elites a partir dos seus fundadores Mosca e Pareto, demonstrando a atualidade dos mesmos ao descreverem que toda sociedade se organiza a partir de um grupo que governa e um grupo que é governado e sobre o qual o poder se incide, posteriormente faremos uma análise sobre as características das democracias inclusivas partindo do conceito de poliarquia elaborado por Dahl, onde poderemos identificar quais as características essenciais para a compreensão das democracias, logo a proposta passa a ser identificarmos na realidade paranaense a partir da leitura *Quem governa?* Percebendo as características tanto de formação de uma elite representativa quanto a identificação dos elementos necessário a democracia no mesmo cenário.

Palavras chave - ELITE – DEMOCRACIA – POLITICA – GOVERNO – SOCIEDADE

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. A TEORIA DA CLASSE POLÍTICA DIRIGENTE E SUA ORIGEM;.....	9
1.1 Mosca e a Teoria da Classe Dominante;.....	9
1.2 Pareto; da Ofemilidade as Características da Elite Política.....	14
2. POLIARQUIA; A DEMOCRATIZAÇÃO E A OPOSIÇÃO PÚBLICA EM DALH.....	19
2.1 Razões para a transformação de um regime;.....	23
2.2 As condições ideais para a Poliarquia.....	26
3. QUEM GOVERNA?; UMA PERSPECTIVA POLIARQUICA SOBRE AS ELITES POLITICAS DO ESTADO DO PARANÁ. ....	31
3.1 A Elite político administrativa;.....	33
3.2 A Elite Parlamentar;.....	36
3.3 A elite partidária;.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	41
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....	43

## INTRODUÇÃO

Esta monografia não tem a intenção de esgotar o assunto nem de ser um compendio sobre o tema, tem sim o papel de apresentar o tema e atualidade da problemática, apontando diferentes discursos sobre a Elite Política e suas principais prerrogativas no tocante ao funcionamento do Estado.

Desde os primórdios da filosofia política existem controvérsias entre a corrente que aborda a democracia e a corrente que aborda o elitismo. Encontramos a formulação da teoria das elites inicialmente na crítica de Sócrates as rotinas da vida pública na antiga Atenas do sec. V a.C. naquele momento impar, os homens assumiram a direção dos negócios da cidade abolindo a vontade dos deuses como movimento legítimo de organização social, dando origem assim a democracia e a política de forma simultânea.

Rompendo a problemática inicial, a relação entre elite e democracia alcançou importante projeção na reflexão sobre a política moderna e contemporânea. Essa nova arquitetura política foi objeto da crítica de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, autores considerados os clássicos da nova teoria convencionada como Teoria das Elites. Apesar das diferenças, esses cientistas políticos convergem na descrição de uma democracia liberal e tornam-se utópicos nas ideias sobre igualdade, soberania popular e sufrágio universal, pois tal descrição não passa de um discurso abstrato sem fundamentação na realidade, pois na teoria elitista, todo exercício da política está condenado a formação de pequenos grupos que subordinam o restante da população.

Essa monografia visa apresentar os dois primeiros autores contemporâneos e suas reformulações sobre a teoria das elites, Mosca e Pareto, embora não constituindo uma escola ou mesmo uma corrente rígida com metodologia própria e rigor científico eles compartilham de um diagnóstico de que toda a forma política produz uma distinção entre uma minoria dirigente e uma maioria dirigida, nesta perspectiva a realidade social se desvincula da retórica democrática, mobilizando o poder das minorias em um discurso universalista com vistas a garantir o exercício de poder da minoria governante ou elite.

Em um segundo momento a proposta é analisar a obra de Robert Dahl, Poliarquia, pois esse autor soma-se ao exercício de conciliar Elite e Democracia, contudo Dahl limita-se a iluminar sua natureza utópica, distante das reais

possibilidades de configuração política, pois para ele os termos da democracia em nada implicam em ruptura com o ideal democrático original.

Nosso ultimo anseio é dar continuidade ao legado do Dahl identificando as características da democracia e a representação política a partir da apresentação da obra *Quem Governa? um estudo das elites políticas do Paraná*, assim pretende-se através de uma sociologia empírica identificar as características de quem decide, traçando um perfil social, profissional e ideológico da elite política.

Para realizar tal aprofundamento, a obra *Quem governa?* traz um extenso levantamento empírico e minucioso que será nossa base de dados para tecermos comparativos retratando a elite presente na política regional no Estado do Paraná nos períodos entre 1995 e 2002. Apresentando as origens sociais, as carreiras políticas e profissionais, os valores, as ideias e a situação dos homens e das mulheres que estiveram a frente da política Paranaense.

Enfim, essa monografia irá apresentar a origem da nova corrente democrática iniciada com Mosca e Pareto conhecida como teoria das Elites, iremos transitar pela inovadora e unanime contribuição de Dahl na obra *Poliarquia* refletindo sobre a importância da representatividade no cenário democrático, mesmo que esse seja realizado de forma a identificar novamente um grupo como privilegiado. A obra de Dahl, nos ajuda a compreender a obra *Quem governa?* Pois nos auxilia a identificar as características da elite local juntamente com o processo de recrutamento e formação do grupo que recebe a identificação de Elite.

Dahl nos apresenta inúmeras características necessárias para um regime democrático, assim poderemos contrasta-las as características encontradas na obra *Quem Governa?* Tecendo um comparativo a fim de identificar ou não a existência de uma elite ou um regime democrático no Paraná.

Pretendemos ainda apresentar as grandes teorias da ciência política a cerca das Elites e aproxima-las do nosso universo, demonstrando assim que tais abordagens são extremamente validas para compreendermos nossa realidade política.



## **1. A TEORIA DA CLASSE POLÍTICA DIRIGENTE E SUA ORIGEM;**

Mosca e Pareto tiveram a virtude e os méritos em chamar a atenção para a distribuição social dos poderes, responsabilidade e privilégio no que tange a relação entre governantes e governados. Esses cientistas políticos defenderam entre outras posições a divisão entre uma minoria politicamente ativa e uma maioria politicamente passiva.

### **1.1 Mosca e a Teoria da Classe Dominante;**

A proposta científica elaborada por Mosca era contrária a elaboração aparente conduzida por formulações fáceis. Na primeira parte da sua obra, Mosca critica a classificação de governo elaborada por Aristóteles apontando como injustificada a classificação de governo no cenário político-intelectual, para Mosca a diferença entre a forma de governo monárquico, aristocrata e politeia são meramente superficiais para o entendimento da dinâmica reais da política.

O que Mosca buscava era não propor mais um sistema teórico entre tantos outros, mas sim elaborar um sistema verdadeiro, inquestionável, cientificamente demonstrável. Isso significa, igualmente atribuir um estatuto de cientificidade às ciências sociais, à política em particular o que sustentava não ter sido feito até então. Na verdade, impor como dominante o seu conceito de ciência política era, a um só tempo, reunir condições para o reconhecimento tanto do seu sistema como científico, verdadeiro, quanto do seu nome como cientista. GRYNSZPAN, 1999, p.79

Para Mosca a distinção política que realmente importa é aquela entre os governantes, sendo esses a minoria detentora do poder e os governados o grande grupo sobre o qual o poder incide. A maioria jamais participa de fato do governo. Sempre existe uma classe organizada que se impõe de forma moral as massas.

O processo de diferenciação que constitui minorias privilegiadas em meio às maiorias subordinadas baseia-se segundo Mosca, em três critérios de distinção. Em primeiro ponto, a riqueza, migrou de uma prevalência de direito a uma prevalência de fato, sendo essa sua característica moderna. Isso significa que mesmo os

movimentos de democratização, abolindo a riqueza como critério explícito formal sobre a participação da vida política, não ameaçaram a riqueza como critério real.

Como segundo critério distintivo, encontramos o local de nascimento dos homens, que segundo Mosca tem uma importância crucial nas bibliografias individuais. Para Mosca o nascimento situa os homens em um universo de conhecimentos, valores e posturas que os aproxima ou não do modo de vida da maioria dominante. Entre os bem e malnascidos haveria distâncias significativas nas chances de incorporação às elites.

Nascimento significa riqueza, significa relações que alguém pode facilmente adquirir, o que poderá ser extremamente difícil para uma outra pessoa; nascimento significa facilidade relativa de tornar-se dono de certos conhecimentos que, para outras pessoas, custarão muito estudo; nascimento significa dizer estar acostumado ao comando e ocupar uma posição importante, essas últimas coisas, geralmente julgadas de pouco peso, tem ao contrário, uma enorme importância na prática da sociedade. ...Eis como o nascimento é determinante. MOSCA Apud GRZYNSZPAN, 1999, p. 83

O terceiro operador de distinções seria o mérito pessoal ou a capacidade de superar os efeitos sociais e das marcas de origem, porém apenas em sociedades avançadas, não sendo esse o caso da Itália meridional de seu tempo, onde riquezas e nascimento eram obstáculos às qualidades individuais como meios de ascensão social.

Para Mosca a tendência natural à constituição das elites não garante, portanto, a qualidade delas.

As justificativas proferidas pelas elites para o lugar privilegiado que ocupam são indiferentes aos critérios reais de sua formação e sustentação, isto é, elas não anunciaram a riqueza, nascimento ou mérito pessoal como elementos definidores da sua condição de elite, esses marcadores sociais operam de modo tácito escapando do discurso político. Mosca para tratar da retórica da elite política legitimando seu lugar social, propõe o conceito de fórmula política. Destinada a ocultar o verdadeiro sentido da dominação, essa retórica pode ser de três tipos.

Um deles associa a origem da autoridade a um princípio sobrenatural ao qual os homens devem obediência e temor. “No império romano, o imperador era, ao mesmo tempo, pontífice, quer dizer que o poder laico se confundia com o poder

religioso” (MOSCA, 1980, P.76) Nesse regime de legitimação e subordinação tem fundamento teológico.

O segundo tipo de justificação baseia-se na abstração racional, bem ilustrada pelo princípio de soberania popular, posição inverossímil do poder emanado de todos os homens que teriam a mesma participação na política e pautariam as ações do governo por seus interesses.

O terceiro tipo acaba sendo um modelo discursivo híbrido que associa o sobrenatural e o racional.

Em todas as estratégias, as bases reais de sustentação da elite política permaneceriam ocultas pelos interesses religiosos ou racionalistas. Assim os governados e os governantes estariam unidos por um conjunto de valores.

Mosca analisa ainda que o bom andamento da vida publica não é capacidade única e exclusiva dos indivíduos, mas sim compartilhada com o Estado, sendo a produção harmônica entre os indivíduos e o Estado o mecanismo central proposto por Mosca. Neste caso o Estado passa ser um instrumento de ponderações na busca de um termo médio entre as paixões individuais e os interesses que envolvem a razão da sociedade.

O ideal político distancia-se da inércia que tende a própria teoria elitista e aproxima-se de uma especulação do próprio mundo possível, para tais considerações de superação da vida publica italiana, Mosca imaginou a formação de uma nova classe política, com certa autonomia econômica e moral pertencente ao extrato médio da sociedade, defensora jurídica das estruturas estatais mais frágeis, segundo Mosca seria essa classe a responsável por todas as transformações de cunho político.

Perante a análise de todas essas possibilidades Mosca identifica que o governo representativo é o menor dos males políticos, aceitando nesse momento e destacando a importância da experiência democrática como legítima rejeitando a tese socialista.

O crédito de Mosca aparece no sentido de ser o primeiro autor a sistematizar a interpretação elitista do fenômeno político, influenciando assim as novas gerações de intelectuais ligados ao tema.

Segundo Mosca, existem duas formas clássicas de governo, propostas por Aristóteles e Montesquieu, que divide os governos em monarquia, aristocracia e democracias, classificação relacionada ao exercício do poder, que poderia pertencer a uma só pessoa, a uma classe ou a totalidade dos cidadãos. A segunda forma é

chamada de despótica onde os poderes são orientados unicamente pela vontade do soberano. Chamado de monarquia os regimes nos quais o monarca leva em conta os limites de seu poder. Chamava ainda de republicanas as organizações políticas nas quais o chefe de estado não continuava no cargo hereditariamente, pertencendo o poder a uma parte dos cidadãos como no modelo aristocrático, seja em sua totalidade como nas republicas democráticas.

Mas o principal defeito das duas classificações que citamos esta no caráter superficial dos critérios sobre os quais elas se fundam, porque tomam em consideração características antes aparentes, pelas quais se diferenciam os regimes políticos, do que as suas características substanciais. Se nos reportamos à classificação de Montesquieu, é fácil constatar que pode existir entre a estrutura política de duas republicas que pode existir entre a estrutura política de duas republicas diferenças maiores do que entre uma republica e uma monarquia. (MOSCA, 1980, p.306)

Quando analisamos a governabilidade em um sentido aristotélico percebemos a impossibilidade de um monarca em governar sem ajuda de uma classe dirigente. Na mesma proporção é improvável o funcionamento da democracia sem a organização das massas através de uma minoria que coordene, oriente e discipline.

Em cada organismo político encontramos a existência de uma elite, deparamos com esforços para compreender os fenômenos políticos e principalmente a forma de organização e a existência de diferentes classes.

Ao identificarmos a importância do estudo sobre os tipos de organização da classe dirigente, a análise dos diferentes métodos de recrutamento é ainda mais importante. Pois é através do método de recrutamento que entendemos as regras que a classe política admite e conserva para manter um certo numero de indivíduos e recusar outros.

Uma característica predominante essencial a classe dominante é a capacidade de dirigir, essa aptidão diz respeito a um certo numero de qualidades pessoais de um povo e de uma época que são indicadas para exercer a direção. É importante identificarmos que as qualidades não são sempre as mesmas, elas se modificam de acordo com as mudanças intelectuais, morais, econômicas e militares de cada povo em cada época.

Estas modificações que geralmente são lentas, não trazendo mudanças significativas para a classe dominante, podem ser identificadas como aristocracias. Já as grandes mudanças que ocorrem em uma medida de tempo de uma ou duas

gerações ocorrendo de forma tumultuada e rápida, substituindo elementos antigos pelos novos denominamos democracia.

Renovações rápidas e quase completas das classes dirigentes foram verificadas inúmeras vezes em alguns momentos da história, em países por populações ditas bárbaras que não tinham estabilidade geográfica, assim estabeleciam-se nos países conquistados e tomavam o lugar da antiga classe dominante, seu sucesso ainda era devido a decadência e as discórdias da classe dominante.

Nas épocas modernas e contemporâneas, renovações rápidas e violentas das classes dirigentes verificam-se pela ação de novas forças políticas que surgiram em determinados países e também como consequência da fraqueza das antigas classes dirigentes. (MOSCA, 1980, p. 316)

A partir desta análise podemos identificar que os regimes mistos são os melhores regimes políticos, são ainda os que tem duração maior, chegando por muito tempo a evitar crises violentas que levam a humanidade a barbárie. São sistemas que não tem uma predominância autocrática, nem totalmente liberal, nos quais a tendência aristocrática é moderada por uma renovação lenta mas continua da classe dirigente.

Apenas em civilizações mais avançadas encontramos uma multiplicidade de forças a fim de que certo equilíbrio possa ser estabelecido entre elas, onde o poder religioso é separado do político, onde a direção econômica não seja total dos dirigentes políticos, que as armas estejam nas mãos de apenas uma parte da sociedade e que a cultura e a preparação técnica seja uma das vias de acesso a classe dirigente.

Entre todas as questões presentes aos organismos políticos, talvez a mais visível seja a existência de duas classes, uma que dirige e outra que é dirigida. A dirigente, sempre em menor número, exerce as funções políticas, monopolizando o poder e gozando das vantagens que este traz. Enquanto a dirigida, mais numerosa é controlada pela primeira de forma legal, fazendo uso dos instrumentos persuasivos e coercitivos disponibilizados pelo organismo político.

Todos nós identificamos essas classes e nos deparamos com uma relação de submissão da maioria em contrapartida das influências e direção dos interesses públicos em mãos de uma minoria influente.

Uma observação que deve ser feita é que as classes dirigentes tentem a se tornar hereditárias de fato, mesmo sem o apoio de leis. As forças políticas tem uma tendência a permanecer no ponto e estado em que se encontram. Riqueza e valor militar são facilmente mantidos em certas famílias por tradição moral e por herança.

A historia mostra definitivamente as habilidades e os defeitos existentes em aristocracias fechadas ou com difícil entrada em seu circulo, os ingleses e alemães modernos nos dão ideia do que estamos falando, esses indivíduos que pertencem a aristocracia devem suas qualidades não ao sangue que corre em suas veias, mas a educação particular que recebem, trazendo a tona determinados valores intelectuais e morais.

A educação pode explicar capacidades superiores de ordem intelectual, mas a posição social, a tradição familiar, os hábitos da classe em que vivemos, contribuem mais do que é normalmente suposto para o maior ou menor desenvolvimento das qualidades mencionadas.

Finalmente, se tivéssemos de sustentar a ideia dos que afirmam a influencia do principio de hereditariedade na formação das classes dirigentes é única e exclusiva, seríamos levados a uma conclusão parecida com a que fomos levados pelo principio revolucionário: a história política da humanidade deveria ser bem mais simples do que é. Se a classe dirigente pertencesse a uma raça diferente, ou se as qualidades que a habilitam ao domínio fossem transmitidas primordialmente por hereditariedade orgânica, é difícil ver como, uma vez formada, a classe poderia declinar e perder seu poder. (MOSCA apud SOUZA, 1966, p.66)

O que podemos perceber é na verdade uma mudança das forças políticas, quando existe uma necessidade relacionada a capacidades diferentes das antigas presentes na administração do Estado uma nova classe dirigente passa a ser constituída também.

## **1.2 Pareto; da Ofemilidade as Características da Elite Política.**

Pareto ao caracterizar a elite, identifica como mais importante que impor essa ou aquela forma de eleição, mesmo mais importante que a escolha do nome de quem se faria como nome do processo, para evitar a espoliação o mais indicado seria um recrutamento por eleições,

Quando a classe dominante é recrutada por hereditariedade ou por cooptação, o seu julgo é mais odioso do que quando ela é recrutada por eleição; daí não se segue, contudo, que ele seja também mais pesado. Ainda não foi devidamente demonstrado que um governo

oligárquico tenha sido mais desonesto que o da municipalidade de Nova York, eleito pelo sufrágio universal. PARETO apud GRYNSZPAN, 1999, p. 163.

Assim as classes ricas pertencentes a regimes democráticos estabelecem recrutamentos de modo que o homem vença a luta e assegure a vitória contra as emboscadas que prega a espoliação, sendo fenômeno esse impossível de se observar em sociedades como a Suíça e Inglaterra aonde não se chega a riqueza se não pelo suor, trabalho e comércio e formas de acesso a riqueza como a política são consideradas fruto de fraude e de intrigas.

Inicialmente devemos considerar o caráter homogêneo da sociedade, quer certos teóricos gostem ou não, o fato é que a sociedade é composta por indivíduos físicos, morais e intelectuais diferentes.

Pareto observou uma coincidência entre posições ocupadas por determinados indivíduos a partir da riqueza, poder e influência político – social, pessoas privilegiadas em posição de destaque na sociedade constituíam a elite.

Essas classes representam uma elite, uma aristocracia no sentido etimológico de melhor. Enquanto o equilíbrio social for estável, a maioria dos indivíduos que se compõem aparece como eminentemente dotada de certas qualidades, boas ou más, que asseguram o poder. PARETO, apud GRYNSZPAN, 1999, p. 173

Em resumo uma classe de pessoas que possuam seus mais belos índices em qualquer ramo ou posição social chamará de Elite, pois a ideia central de tal termo é a superioridade.

O interessante na investigação específica e para um estudo social equilibrado será de grande utilidade dividir a elite em elite governante e elite não governante.

Várias pessoas que se encontrem em posição de destaque em nossa sociedade podem ser consideradas elite, porém poucas teriam talentos direcionados a política, não podendo participar de um governo.

Temos então dois estratos numa população: 1) um estrato inferior, a não-elite, cuja influência possível no governo não nos interessa aqui; 2) um estrato superior a elite dividida em dois: a) a elite governante; b) a elite não governante. (SOUZA 1966, p.70)

Não existe um exame específico para definir quem ocupa um determinado cargo dentro da sociedade ou em uma determinada função política, para tanto

existem outras praticas que superam tais deficiências, dentre elas rótulos são criados para diferenciar as pessoas pelo cargo que ocupam – ministros, deputados, senadores, coronéis, juízes, generais entre outros. Inicialmente esses rótulos eram hereditários, hoje porem poucos continuam com essa característica, a riqueza seria um exemplo da hereditariedade.

A elite governante, no entanto, não se confunde necessariamente com aqueles indivíduos que ocupavam as posições formais de poder. Em uma ideia próxima de Mosca, Pareto também atribui a elite governante o termo classe governante ao afirmar;

Existe em toda parte uma classe governante, mesmo lá onde há um déspota; mas as formas sob as quais ela aparece são diversas. Nos governos absolutos era apenas um soberano que aparecia em cena; nos governos democráticos, um parlamento. Nos bastidores porem, encontrava-se aqueles que desempenham um papel importante no governo efetivo. Sem duvida, eles devem por vezes, inclinar-se diante dos caprichos dos soberanos ou de parlamentares ignorantes e tirânicos; mas eles não tardam a retomar a sua tenaz, paciente, constante, cujo os efeitos são bem maiores do que aqueles da vontade de seus mestres aparentes. (PARETO, apud GRYNSZPAN, 1999, p. 193)

Na percepção de Pareto, mesmo a elite não podia ser considerada como homogênea, ele buscava identificar as diferenças pelas quais os organismos galgavam e permaneciam no poder, privilegiando o emprego de maiores doses de força, quer de astucia, emboscada na busca de consentimento.

A hereditariedade de rótulos existia inclusive na elite governante, hoje porem é apenas na figura do rei que identificamos esse rotulo. Identificamos uma influencia muito forte porem indireta.

Um individuo que herdou um razoável patrimônio, pode ser facilmente, em certos países, nomeado senador, ou conseguir ser eleito para o parlamento comprando votos ou, em certas ocasiões a conseguir o rotulo de elite geral, ou da elite governante em particular, para pessoas que de outra maneira não poderiam ter direito sobre elas. (Pareto apud SOUZA, 1966, p.74)

Outro fator a ser considerado é a forma como grupos em uma mesma sociedade se misturam, ao saírem de um grupo e serem incorporados a outro grupo esses indivíduos carregam para o novo grupo as suas características pertencentes do grupo a qual veio, essa característica é definida como circulação das elites.

A circulação deve ser analisada a partir dos fatores identificados na realidade social, por exemplo um país que encontra-se em harmonia social, não necessita um



grande numero de generais na sua classe dominante. O contrario é facilmente perceptível, um país que encontra-se em guerra necessita de um grande numero de soldados e sempre esta a procura para satisfazer a demanda.

Principalmente ao se referir aos governantes, Pareto aborda a questão da circulação, articulação e equilíbrio social e a possibilidade de rupturas políticas e revolucionarias da elite. Pelo efeito da circulação das elites, a elite governamental se encontra em um estado de transformação lenta e continua. Ela corre como um rio, a de hoje é diferente daquela de ontem. De tempos em tempos se observa perturbações bruscas e violentas, semelhantes as inundações de um rio. Em seguida a nova elite governamental recomeça a modificar-se lentamente, o rio retorna ao seu leito e corre novamente.

As revoluções se produzem porque, seja pela redução do ritmo da circulação da elite, seja por uma outra causa, elementos de qualidade inferior se acumulam nas camadas superiores. Esses elementos não possuem mais os resíduos capazes de mantê-los no poder e evitam o uso da força; ao mesmo tempo desenvolvem-se nas camadas inferiores, elementos de qualidade superior, que possuem os resíduos necessários para governar e estão dispostos a fazer uso da força. PARETO apud GRYNSPAN, 1999, p. 194

Podemos identificar na citação acima duas questões centrais na análise de Pareto, inicialmente o movimento cíclico da modificação da elite governante. Segundo Pareto, esse movimento não é perceptivo pela simples modificação dos indivíduos nem da substituição da posição de mando por indivíduos de um mesmo grupo, oriundo da mesma classe. Para Pareto é fundamental a inserção de indivíduos de classes inferiores na medida em que trazem nova energia e proporções de resíduos necessárias a manutenção do poder.

A identificação da circulação das elites diferia do que poderíamos chamar de cooptação, ou de uma adesão total na qual os indivíduos modificam sua forma de ser. Pareto identifica como fundamental que os novos membros da elite tragam e mantenham suas opiniões e valores para que ocorra assim uma mudança de perfil nas ações da elite.

Circulação da elite, no entanto difere-se do identificado como cooptação ou mesmo adesão total, em que os novos indivíduos mudam a maneira de ser adotando a maneira dos antigos. Pareto define como fundamental que os novos membros tragam e mantenham seus sentimentos, opiniões e valores produzindo assim necessariamente uma mudança de perfil nas ações da elite.

Instigado pela análise marxista Pareto refere-se à elite à classe governante e a classe governada como inimigas em luta. Essa luta segundo Pareto é ao contrario da afirmação de muitos pensadores, eterna e infindável, uma vez que sempre, fosse qual fosse o sistema, haveria uma elite no poder e um grupo dele excluído.

Na luta pelo poder, cada grupo lança mão dos recursos ao seu dispor, e dois desses recursos de extrema importância são o consentimento e a força. Ao apresentar os recursos não se trata de analisar o exclusivismo nem a superioridade dos mesmos, Pareto identifica que o sucesso da elite em se manter no poder, esta diretamente ligada ao emprego, em proporções adequadas.

O que recebe desse modo é que, da perspectiva de Pareto, o equilíbrio social dependia, por um lado, da manutenção de um fluxo circulatório lento mas continuo e por outro do emprego pela elite, tanto do ardil quanto da força. Se a circulação cessava, a elite se ossificava e entrava assim em um inevitável processo de esclerose e decadência. GRYNSZPAN, 1999, p. 195

Pareto ainda identifica que a elite decadente, de forma fatal, perdia energia entregando-se a derivações que promoveram sua ascensão, estruturando verdadeiros cultos religiosos. Assim perdiam a dimensão dos perigos que as ameaçavam, selando assim a elite ao seu destino e fechando seu ciclo de dominação.

## **2. POLIARQUIA; A DEMOCRATIZAÇÃO E A OPOSIÇÃO PÚBLICA EM DALH**

Dahl é um dos mais importantes cientistas políticos contemporâneos, tendo se destacado principalmente pelos reflexos envolvendo a democracia, e ao contrario de meras opiniões poderia compartilhar a opinião daqueles que argumentam como Mosca, que no fim das contas todo regime é governado por uma minoria governante e uma maioria governada, Dahl acredita que o ceticismo de Mosca deve ser apoiado, pois nos regimes políticos identificamos muitas vezes mudanças superficiais e muitas vezes as mudanças não são propriamente no regime, mas sim mudança de pessoal, de retórica e provisões constitucionais vazias.

Analisar um regime onde o governo não tem opositores organizados de forma lega e aberta, onde partidos não realizam oposições livres com eleições idôneas favorecendo e impedindo as transformações em um regime passa a ser um primeiro objetivo de Dahl, identificando nesta composição a possibilidade de um exercício democrático.

Ele define de maneira significativa os contornos do que entendemos como democracia inclusiva hoje, sugerindo que as mesmas democracias fossem chamadas de Poliarquias.

Dahl na obra Poliarquia busca identificar como ocorre o desenvolvimento de um sistema político que possibilite a oposição publica, rivalidade ou competição entre o governo e seus oponentes, sendo este um dos aspectos principais da democracia. Porem democracia e oposição publica não são idênticos, onde para evitar complicações Dahl elabora alguns pressupostos.

Uma característica chave para a democracia é a responsividade continua do governo as preferências dos cidadãos que são considerados politicamente iguais, logo democrático para Dahl é primeiramente o governo que é responsivo para com seus cidadãos.

O segundo pressuposto para a continuidade do governo responsivo, considerando os cidadãos iguais politicamente, todos devem ter oportunidades plenas, segundo Dahl; (DAHL,2005, p. 26)

1. De formular suas preferências.
2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva.

3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da forma de preferência.

Identificamos assim três condições básicas a democracia, mesmo não sendo provavelmente as únicas. Em um segundo momento supomos que para essas oportunidades existirem a um grande numero de pessoas a sociedade deve oferecer pelo menos oito garantias que podemos identificar abaixo.

Dahl (DAHL, 2005, p. 27) apresenta alguns requisitos para uma democracia de um grande numero de pessoas;

Para a oportunidade de formular preferências são necessárias as seguintes garantias; 1. Liberdade de formar e aderir a organizações. 2. Liberdade de expressão. 3. Direito de voto. 4. Direito de lideres politicos disputarem apoio. 5. Fontes alternativas de informação.

Para a oportunidade de exprimir preferências, são necessárias; 1. Liberdade de formar e aderir organizações. 2. Liberdade de expressão. 3. Direito de voto. 4. Elegibilidade para cargos públicos. 5. Direito de lideres políticos disputarem apoio. 6. Fontes alternativas de informação. 7. Eleições livres e idôneas.

Para ter oportunidade de ter preferências igualmente consideradas na conduta de governo, são necessárias; 1. Liberdade de formular e aderir a organizações. 2. liberdade de expressão. 3. Direito de voto. 4. Elegibilidade para cargos públicos. 5. Direito de lideres políticos disputarem apoio. 6. Direito de lideres politicos disputarem votos. 7. Fontes alternativas de informação. 8. Eleições livres e idôneas. 8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências.

A partir das condições apresentadas, os regimes variam muito, tanto nas condições sociais como na amplitude o que permite que tais características sejam abertas e disponíveis para que membros do sistema político que queiram contestar a conduta do governo encontrem informações disponíveis.

Dahl apresenta,

uma escala refletido essas oito condições nos permitiria comparar regimes diferentes referentes segundo a amplitude da oposição, da contestação publica ou da competição política permissíveis. (DAHL, 2005. p.28)

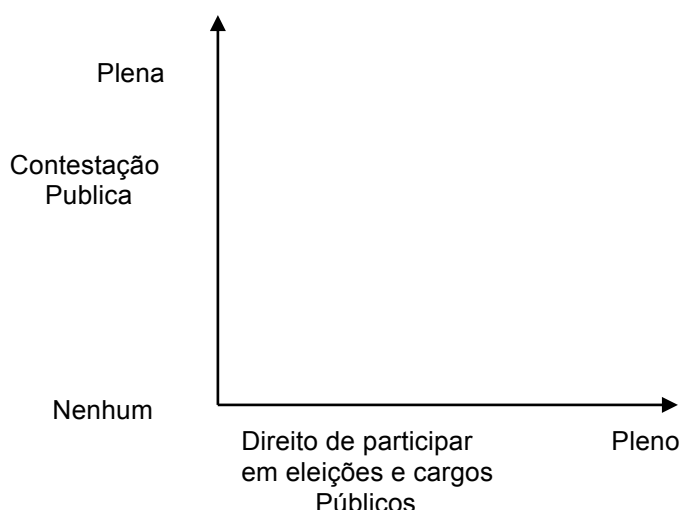
É possível identificar ainda que tanto historicamente como contemporaneamente, os regimes sofrem variações de acordo com a população

habilitada a participar de forma mais ou menos igual, do controle e contestação do governo.

Dahl propõe uma escala para refletir a amplitude do direito de participação na contestação pública possibilitando assim comparar diferentes regimes segundo sua inclusividade.

Podemos considerar democracia então formada por pelo menos duas dimensões a contestação pública e o direito de participação. Grande parte dos estudiosos de política acreditam que a democratização implica em muito mais que meras duas dimensões, por certo posteriormente Dahl apresentara uma terceira dimensão.

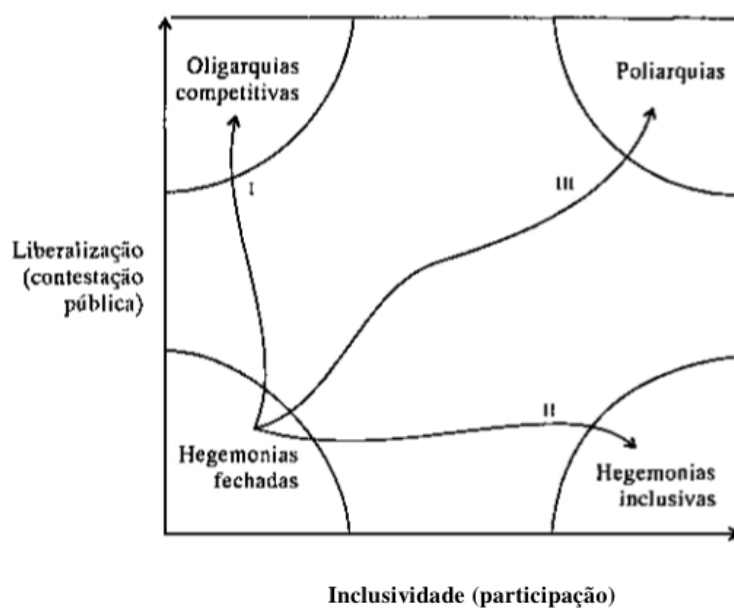
Para identificarmos as dimensões apresentadas, vamos observar a figura abaixo (DAHL, 2005, p. 29), os regimes políticos podem ser localizados em qualquer lugar da área limitada pelas dimensões.



Os espaços delimitados pelas duas dimensões poderiam certamente ser subdivididos em qualquer número de células, cada uma recebendo um nome, porém Dahl, preza pela simplicidade na obra, fornecendo assim um vocabulário simples e suficientemente preciso.

Na figura abaixo Dahl apresenta um esboço em torno da liberdade e democracia delimitando as características dos grupos analisados.

...chamarei o regime próximo do canto inferior esquerdo de hegemonia fechada, se um regime se desloca para cima, como no caminho I, ele estará se deslocando para uma maior contestação pública... podemos afirmar que uma alteração neste sentido torna o regime mais competitivo. Se um regime muda no sentido de proporcionar uma maior participação como no caminho II, poderíamos dizer que ele está se mudando para uma maior popularização, ou que está se tornando inclusivo. (DAHL, 2005, p. 30)



Os regimes podem mudar ao longo de uma dimensão e não da outra. Dahl chama o regime próximo ao canto superior esquerdo de oligarquias competitivas, logo o I percurso demonstra a mudança de uma hegemonia fechada para uma oligarquia competitiva. Podendo ainda a hegemonia fechada tornar-se inclusiva sem liberalizar, encontramos no percurso II hegemonias fechadas inclusivas sem aumento da contestação pública. Mudando assim o regime de hegemonia fechada para hegemonia inclusiva.

Para Dahl a democracia ocuparia o canto superior direito, mas como ela exige mais informações do que as duas da figura acima, nem um sistema do mundo pode ser definido como puramente democrático, preferindo então chamar os sistemas mais próximos do canto superior direito de poliarquias e todos os regimes que oscilem ao longo do caminho III podemos dizer que são relativamente democráticos, pois são fortemente inclusivos e amplamente abertos a contestação pública.

Identificamos ainda que o grande espaço no meio da figura não foi nomeado nem possui divisões, porém a falta de nome não reflete a falta de regime, teríamos no mundo hoje um grande número de regimes que caíam na área média, oscilando entre mais ou menos entre um tipo e outro, se tornam mais ou menos inclusivos aumentando as oportunidades de participação. Dahl para referir-se aos regimes dentro desta grande área interna utilizava os termos aproximadamente ou quase, assim um regime aproximadamente hegemônico oferece um pouco mais de contestação do que um regime hegemônico, ou mesmo uma quase poliarquia pode

ser bastante inclusiva mas oferece restrições mais serias a contestação pura que uma poliarquia plena.

Após essa breve explicação podemos reformular as questões propostas por Dahl; que questões podem aumentar ou diminuir a democracia em um regime hegemônico ou aproximadamente hegemônico? Que fatores aumentam ou diminuem as chances de contestação publica?

Na tentativa de tal respostas, uma hipótese é elaborada por Dahl;

Quando regimes hegemônicos e oligarquias competitivas se deslocam na direção de uma poliarquia, eles aumentam a oportunidade de uma efetiva participação e contestação e por tanto o número de indivíduos, grupos e interesses cujas preferências devem ser levadas em consideração nas decisões políticas.(DAHL, 2005, p.5)

Tais mudanças do ponto de vista do governante traz a possibilidade de conflito de acordo com o choque de interesses, podendo estes serem substituídos por representantes de outros indivíduos ou grupos.

A grande questão para os opositores é a inversão do problema, assim quaisquer políticas que dê oportunidade aos opositores, representa um conflito em potencial com os interesses do governo. Logo quanto maior o conflito entre governo e oposição, mais provável o esforço para negar a participação do outro.

## **2.1 Razões para a transformação de um regime;**

Sempre há boas razões para pensar a transformação de um regime hegemônico para um regime mais competitivo ou de uma oligarquia competitiva em uma poliarquia de resultados significativos.

Inicialmente existem as liberdades ditas clássicas que são parte da contestação publica e da participação na forma de exercer a oposição ao governo, formar manifestações políticas, manifestando-se sobre interesses políticos sem o medo de represálias governamentais, ler e ouvir opiniões políticas, votar secretamente em candidatos de diferentes partido que disputam votos e onde os candidatos derrotados entregam os cargos de forma ordeira e pacífica.

Posteriormente a participação ampliada combinada com a participação política provoca mudanças na composição das lideranças políticas particularmente entre os cargos públicos através de eleições em especial na composição do parlamento. A

partir do momento que novos grupos obtêm o sufrágio identifica-se um aumento do número de candidatos com características próximas dos grupos recém incorporados. Assim quando o sufrágio se estende de uma oligarquia competitiva para a incorporação das classes médias o número dos seus representantes a cargos eletivos aumentou, e posteriormente com a incorporação da classe trabalhadora, a representatividade desses grupos também sofre aumento.

Claro tal constatação não significa que a liderança política seja sempre uma amostra representativa das camadas econômicas da sociedade. Segundo Dahl, “a ampliação do sufrágio junto a competição política torna, porém os parlamentares em particular (...) representativos no sentido puramente estatístico.”(DAHL, 2005, p.43)

Na medida que aumenta a competitividade de um sistema ele se torna mais inclusivo e os políticos passam a buscar apoio de grupos que agora mais facilmente passam a participar da política. A identificação por políticos a existência de oportunidades de contestação e participação pública tem longos efeitos. Dahl, descreve; apresentar candidatos de quem os eleitores sintam-se próximos é uma forma retórica de adaptar a política a ideologia e os desejos e interesses de grupos a segmentos antes não representados. Assim quando as classes conquistam seu direito de voto, os partidos direcionam com maior esforço a mobilização para que esses grupos sintam-se representados.

A inclusividade e a competição também trazem mudanças na estrutura do partido. Mudanças visíveis são identificadas quando um regime hegemônico rapidamente se converte em uma poliarquia, assim os partidos mudam a estrutura e organização. A necessidade em mobilizar os eleitorados, fazem surgir o novo sistema partidário moderno. Na medida que crescem os eleitores, os modelos de organização originário para pequenos grupos se torna ultrapassado e ineficiente, agora é necessário para a sobrevivência do partido que ele alcance seus eleitores a nível de bairro seção célula e coisas do gênero.

Outra grande mudança com relação aos partidos é seu significativo avanço tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, provocando grandes mudanças políticas. Na medida que os partidos se organizam aumentam significativamente a participação de eleitores simpatizantes e politizados mesmo em estágios iniciais, por exemplo, provavelmente a participação mais politizada será em regiões onde encontramos partidos políticos organizados e seus concorrentes.



Em qualquer país quanto maior for a oportunidade de se organizar e de expressar suas preferências políticas, maior a variedade de preferências e interesses representados na política. Assim qualquer país em transformação para uma polirquia provavelmente aumentaria o numero de interesses e representados na política.

Infelizmente as políticas em patamares abaixo com relação a participação e contestação publica são obscuras inúmeros estudos se deparam com dificuldades nesta área. Devido ao impacto de fatores com o nível sócio econômico e suas tradições é possível que tenhamos pouco efeito de regime com relação a independência das políticas governamentais.

É provável a necessidade da análise de outros fatores a fim de mensurar os impactos dos regimes políticos, em especial sobre a maneira como o governo adota política coercitivas, sendo extremamente violento com agressões físicas sobre um numero relativo de pessoas.

Segundo Dahl, quanto maiores os obstáculos à contestação publica e maior a proporção da população incluída no sistema político, mais dificuldade terá o governo de um país em adotar e aplicar políticas que exijam o exercício de sanções extremas contra uma porção maior do que uma pequena porcentagem da população.

A poliarquia nunca adotou altos índices de poder envolvendo os instrumentos coercitivos como identificamos na união soviética que entre 1931 e 1932 deportou milhões de pessoas a trabalhar em regime forçado na Sibéria, morrendo de fome ou sendo executadas, ou Stalin nos anos 30 que submeteu outros milhões a prisão, tortura e morte, ou mesmo os judeus como inimigos políticos de Hitler.

A intenção de Dahl não é afirmar que tal coerção ocorra de forma determinante em hegemonias ou regimes mistos, apenas devemos identificar que tal condição dificilmente seria encontrada em um regime poliarquico, logo as poliarquias estariam imunes a tal comportamento.

Outra característica identificada nos regimes políticos é a diferença resultante de períodos relativamente longos e a forma como esses agem com relação as crenças, atitudes, cultura e personalidades. É inevitável identificarmos uma interação recíproca com relação a esses fatores e o tipo de regime analisado, ao mesmo tempo que o regime influencia a crença, as atitudes e a cultura, podemos encontrar até mesmo personalidades que são moldadas pelos valores políticos sociais, porem até mesmo Dahl se abstém de entrar neste assunto não o levando adiante.

A evidencia é que regimes diferentes na sociedade provocam comportamentos diferentes. Assim os defensores da poliarquia se posicionam a fim de intensificar as diferenças significativas entre um regime e outro.

A motivação de Dahl tampouco é criar um caso para a poliarquia, “considero suficiente se consegui mostrar que a redução dos obstáculos à contestação publica e o aumento da parcela da população capacitada a participar terão consequências importantes.” (DAHL, 2005, p.49)

## **2.2 As condições ideais para a Poliarquia**

Pretendemos aqui apresentar sete condições; sequencias históricas, grau de concentração na ordem sócio econômica, nível de desenvolvimento socioeconômico, desigualdade, clivagens sobculturais, controle estrangeiro e crenças de ativistas políticos, pontuadas por Dahl para a consolidação de um regime poliarquico.

Em uma abordagem histórica a sequencia mais comum entre as poliarquias mais antigas e mais estáveis tem sido primeiro uma política mais competitiva, que precede a expansão e participação, essa política competitiva desenvolve-se inicialmente em uma pequena elite e assim percebemos uma mudança da política não partidária para a política partidária. Tal incorporação não é simples, no inicio é perceptível muita resistência, e conflitos de interesses, por laços de amizade, família, classes e ideologias que permeava o grupo restrito na política de um país. Porem mais tarde com a incorporação de novos grupos é perceptível a aceitação de praticas políticas desenvolvidas entre as elites.

Com relação ao grau de concentração socioeconômica, é evidente que quando um governo tem o monopólio sobre a violência e sobre as sanções sócio econômicas e é livre para usar esses recursos para eliminar posições, inexistem políticas competitivas. As maiores chances de circunstancias favoráveis para a política existem quando o acesso à violência e sanções socioeconômicas ou é disperso ou é negado, tal situação pode existir em um país onde os recursos são monopolizados por um pequeno grupo de proprietários e administradores locais ou estrangeiros. Porem tal governo tende a ser fraco e instável, pois quando ele desagrade a oposição ele pode ser facilmente derrubado.

Com relação ao desenvolvimento sócio econômico, é perceptível que quanto maior o nível de socioeconômico de um país, maior sua probabilidade de ter um regime político competitivo, pois tal dado está relacionado diretamente à renda per capita, assim quanto mais competitivo o regime político de um país, maior sua probabilidade de estar em um nível relativamente alto de desenvolvimento socioeconômico. Uma economia avançada gera uma ordem social pluralista que por sua vez reivindica um sistema político competitivo.

Outro critério considerável em nossa análise sobre a poliarquia é como a igualdade e a desigualdade aparecem em nossa sociedade, tais fatores afetam a sociedade através de dois conjuntos de variáveis, primeiramente a distribuição de recursos e habilidades políticas e a criação de ressentimentos e as frustrações.

Segundo Dahl, “na alocação de renda, riqueza, *estatus*, saber, ocupação, posição na organização, popularidade e diversos outros valores, cada sociedade aloca também recursos no qual um ator pode influenciar o comportamento dos outros” (DAHL, 2005, p.92) e esses recursos tornam-se recursos políticos influenciando os poderes do Estado e os resultados de processos institucionais. Assim o problema gerado pela desigualdade e exclusão de pessoas ou grupos menos favorecidos consiste na percepção, avaliação e expectativa do excluído que luta para incitar o grupo excluído a se rebelar contra o grupo dominante.

Identificamos ainda que qualquer sistema encontra-se em perigo se ficar polarizado entre grupos antagônicos, assim quando confrontados os regimes competitivos tendem ao colapso, posteriormente ao golpe de estado e a uma guerra civil. Em qualquer disputa onde uma grande parcela da população de um país sinta que seu modo de vida ou seus principais valores estão sendo ameaçados por segmentos da população, estabelece-se uma grande crise em um sistema competitivo. Independente do resultado deste processo o registro histórico confirma que esse processo vai provavelmente se dissolver ou será substituído por hegemonias.

Assim qualquer diferença dentro de uma sociedade capaz de polarizar pessoas em campos antagônicos representa uma clivagem, favorável à polarização e ruptura.

Independente dos fatores anteriormente descritos, as crenças dos ativistas políticos são decisivas no complexo processo de clivagens subculturais de um tipo ou outro de regime.

Segundo Dahl uma hipótese geral que ajuda a entender a conexão entre sistema político e nível socioeconômico aparece quando as chances de um país desenvolver-se e manter um regime político competitivo depende da medida em que a sociedade e a economia do país “forneçam alfabetização, educação e comunicação, criem uma ordem social mais pluralista do que centralmente dominada, impeçam desigualdades extremas entre camadas politicamente relevantes do país.”(DAHL, 2005, P. 85)

Um situação de desigualdade pode dar lugar a uma reivindicações, porem essas podem ou não serem dirigidas para o governo, sendo a desigualdade reduzidas ou ampliadas, reduzidas de forma direta ou não pelo governo e ampliadas quando o governo não encontra soluções e o problema se agrava.

Outra situação é o governo hostilizado pelo grupo prejudicado com medidas de favorecimento ou omissão. Todavia há motivos para pensar que os regimes hegemônicos tem meios mais abrangentes e coercitivos para empregar e eliminar a manifestação de insatisfação.

Os argumentos de Dahl referentes a desigualdade podem ser sintetizados da seguinte forma;

Num país com regime hegemônico, desigualdades extremas na distribuição de valores chaves reduzem as chances de desenvolvimento de um sistema estável de contestação publica. Numa sociedade que já conta com regime de contestação publica, as desigualdades extremas aumentam as chances de que a política competitiva venha a ser substituída por uma hegemonia. As poliarquias são particularmente vulneráveis aos efeitos de desigualdades extremas. (DAHL, 2005. P.109)

Encontramos alem da desigualdade o problema da subcultura, pois os sistemas fica em perigo se polarizado entre diferentes grupos anacrônicos, assim o sistema político competitivo não consegue lidar facilmente com tal questão pois, qualquer disputa entre uma grande parcela da população de um país que sinta que seus principais valores encontram-se ameaçados por um segmento da população provoca uma crise no sistema competitivo. Encontramos registros históricos apontando que esse sistema em crise provavelmente vai se dissolver ou ser substituído por regimes hegemônicos.

Seja qual for o alcance com que os fatores descritos anteriormente como precedentes impelem um país para um regime hegemônico ou para a contestação publica e a poliarquia, eles de alguma forma operam através da crença das pessoas,

em particular as pessoas envolvidas na vida política, assim as crenças de ativistas políticos são decisivas em complexos processos pelos quais sequencias históricas ou clivagens subculturais são convertidas em sustentação de um tipo ou outro de regime.

Dahl deixa claro que o termo crença é utilizado de forma geral não distinguido as crenças do conhecimento. Logo nem uma pessoa ponderada nega a relevância das crenças para a ação, assim a crença é responsável por estruturar nossos pressupostos sobre a realidade.

Evidenciamos ainda as crenças individuais influenciando as ações coletivas, as estruturas de funcionamento de instituições e sistemas, logo num regime hegemônico é mais desejável alcançar o apoio dos líderes e de organizações antidemocráticas, assim em regimes hegemônicos, os líderes, presumidamente devem preferir hegemonias a outro sistema qualquer.

A abordagem relacionada as crenças é reforçada por evidencias de diversos outros aspectos das crenças políticas, enfim quanto mais rudimentares e desorganizadas as crenças políticas individuais mais incerta a relação, por exemplo se uma pessoa cujo sistema de crenças contem pontos fundamentais de argumentação sobre liberdade, muito provavelmente se oporá a um regime que ameace impor censura a imprensa ou supressão a partidos políticos.

Em resumo Dahl afirma que

é razoável pensar que os ativistas e líderes são mais inclinados que outras pessoas a; 1. Ter sistemas de crenças políticas moderadamente e elaborados, 2. Ser guiados por suas crenças políticas em suas ações, 3. E ter muita influencias nos acontecimentos públicos, inclusive nos acontecimentos que afetam a estabilidade ou a transformação do regime.” (DAHL, 2005. P.130)

Podemos assim analisar diversas questões, como o tipo de crença dos ativistas, como surgem essas crenças e qual a explicação para o surgimento das crenças políticas e os motivos pela qual as crenças são apresentadas como variáveis influentes.

Devido ao pequeno numero de países analisados por Dahl, hoje seria impossível demonstrar conclusivamente que variações e crenças afetam de forma significativa as chances de poliarquia ou de hegemonia. No entanto o problema das crenças é grande demais para ser ignorado, isso porque há razões plausíveis para pensar a crença e como essas afetam tanto a hegemonia quanto a poliarquia.

Vários autores salientaram a importância da crença sobre a autoridade ou atitudes para com ela, surgindo assim a hipótese de que uma democracia seria mais estável se os padrões de autoridade do governo fossem congruentes com os padrões de outras instituições e associações do país, a ideia é que a crença sobre a natureza das relações de autoridade entre governo e governados é crucial para o surgimento ou não de diferentes tipos de governo. Um exemplo bastante enfatizado com relação a crença é a confiança, onde os membros de um sistema político tem confiança em seus políticos.

O ultimo critério analisado é o controle estrangeiro, assim o destino de um país nunca pertence totalmente ao seu povo, em muitos casos a dominação é imposta por pessoas de fora do país, podendo inclusive se sobrepor a todos os critérios postos até agora.

Os países sempre estão se correlacionando com outros países, não encontramos em nenhum nível um país totalmente isolado, da mesma forma que existe essa relação entre eles percebemos sempre a existência de um mais forte em relação a outro mais fraco. Países com frequência necessitam relações com o comercio internacional e investimentos estrangeiros, ficando assim sujeitos às ações de estrangeiros.

Para identificarmos melhor esse controle Dahl propõe olhar as ações de estrangeiros e como estas vão impactar as condições anteriormente discutidas.

As crenças de ativistas políticos, os caminhos para o presente, o nível de desenvolvimento socioeconômico, o grau de concentração ou dispersão econômica, as desigualdades, e até mesmo o alcance de clivagem subculturais – estão todos abertos a influencia de atores estrangeiros. (DAHL, 2005, p. 178)

Assim na medida que as ações de estrangeiros reduzem as opções disponíveis para um país, os povos lentamente perdem a capacidade de se governarem.

Após os argumentos rapidamente apresentados aos olhos de Dahl, identificamos diversas possibilidades de refletir onde determinadas condições como países com pouca ou nenhuma experiência com instituições de contestação publica e com a competição política e ao qual falta uma tradição de tolerância política tem baixa possibilidade de se tornar uma poliarquia estável, da mesma forma que países com ampla participação e contestação raramente viram hegemonias.

### **3. QUEM GOVERNA?; UMA PERSPECTIVA POLIARQUICA SOBRE AS ELITES POLITICAS DO ESTADO DO PARANÁ.**

Em um olhar desatento sobre a ciência política brasileira identificamos pesquisadores preocupados com o Congresso Federal, a Presidência da República, a produção do legislativo, o sistema partidário e outros assuntos polêmicos presentes na pauta.

Porem ao focarmos o olhar em uma perspectiva mais criteriosa reconhecemos, que não existiria política a nível nacional sem esforços concomitantes em uma esfera regional. “Ora, os homens e mulheres que fazem a política nacional fizeram antes e sob certo aspecto, continuam fazendo, uma política regional.” (PERISSINOTTO et al. 2007, p. 25), pois para conhecermos adequadamente a vida política nos Estados precisamos conhecer os agentes que se dedicam a essa atividade. Nesse sentido cientistas políticos tem se dedicado ao estudo da vida política nos Estados e mesmo nos municípios, de forma mais dedicada e pontual a esfera legislativa regional com a intenção de saber e compreender sua relação estabelecida com o poder executivo.

O presente capítulo, é contribuição importante para identificar a elite política do Paraná e superar o estagio de desconhecimento, produzindo assim um quadro detalhado da política e da elite paranaense no período republicano compreendido entre os anos de 1995 a 2002. Assim todos os dados aqui apresentados são fieis a pesquisa detalhada e criteriosa encontrada na integra na obra *Quem Governa?*

Quando sociólogos voltam atenção de maneira especial a um determinado grupo ou comunidade, com a intenção de estudar a forma como esses homens ou mulheres exercem o poder surge inevitavelmente uma questão, “quem governa?”, neste sentido a obra com o mesmo nome “*Quem Governa?*”, não propõe um recenseamento critico da extensa literatura. A proposta é identificar a elite política paranaense durante o período que vai de 1995 a 2002 a partir de estudo que convencionaram a chamar de “método posicional” (WRIGHT MILLS, 1981, 1985; MILIBAND, 1978, 1982, apud PERISSINOTTO et al. 2007, p. 32), visando identificar como o poder político é exercido pelos indivíduos que estão a frente de determinadas instituições políticas.

Nesta perspectiva o poder político pode confundir-se entre o chamado “poder formal” e o “poder real”, pelo simples fato de alguns indivíduos estarem a frente de

instituições conhecidas pelo exercício do poder político, o que nos leva a esclarecimentos sobre a titularidade do poder e o exercício do poder.

O método posicional permite identificar três setores onde instituições se fazem presentes exercendo o poder político no Paraná, em primeiro lugar os administradores públicos, em segundo lugar os parlamentares e em terceiro lugar os líderes dos partidos políticos presentes na assembleia por pelo menos um ano.

O objetivo então é identificar as características da elite paranaense traçando o perfil social, profissional e ideológico dos seus membros partindo de três instituições, o executivo estadual, a assembleia legislativa e os partidos políticos do Estado. Deste modo os ocupantes destes postos são os políticos mais importantes nestas instituições e formam as elites que compõe o universo a ser analisado.

Tendo em vista todos esses critérios, chegamos a um total de 174 pessoas, assim distribuídas: 75 membros do setor público administrativo, 79 membros do setor parlamentar e 24 membros do setor partidário. (...) A soma dessas pessoas, de acordo com nossos critérios compõe a elite política paranaense durante o período que vai de 1995 a 2002. PERISSINOTTO et al. 2007, p. 42

O universo estudado na obra *Quem governa?* tem como ponto de partida três instituições; o executivo o legislativo e alguns partidos políticos, assim os cargos ocupados em um nível mais alto formam a elite político administrativa do Estado.

A elite político-administrativa, formada por governador e vice governador, secretários de estado, diretores de algumas empresas estatais como sanepar, copel e banestado (banco oficial) – comandantes da polícia civil e militar; b) “elite parlamentar”, composta pelos parlamentares da assembleia legislativa do Estado do Paraná; e c) Elite partidária (PERISSINOTTO, et al. 2007. p. 42)

Assim as generalizações aqui produzidas podem trazer com certa segurança o conjunto da elite política paranaense no período analisado. Faremos ainda uma leitura a partir dos resultados sem aprofundamentos estatísticos e para fins analíticos os partidos foram agregados em um sentido ideológico a partir da Ciência política brasileira e suas classificações usuais.



### 3.1 A Elite político administrativa;

A elite político administrativa é composta predominantemente por homens brancos e católicos. Para a elite parlamentar temos 97,7 de homens, 86,4 de brancos e 79,5 de católicos, na mesma proporção na elite partidária encontramos 100%; 85,7% e 71,5%, não existindo espaço para as minorias.

O local de nascimento é também bastante relevante pois 76% nasceram no Paraná, sendo 43% em Curitiba, descrevendo assim um alto grau de localismo da elite, que também se demonstra na formação pois 63% fizeram graduação em Curitiba sendo apenas 11% em outras cidades do Paraná. A identificação ainda das famílias com histórico na política demonstra que grande parte da elite político administrativa vem juntamente de famílias tradicionais na política Estadual.

Existem ainda os atributos conquistados ao longo da vida, como escolaridade e profissão, dados que dizem respeito ao processo de socialização da elite por estarem em uma mesma base de concordância ideológica. O tipo de ocupação e o nível de escolaridade trás um quadro sobre o nível de deslocamento da elite, assim tais critérios estipulam a que camada ou classe o individuo participa.

Quando determinamos o estrato social dos indivíduos e seus pais encontramos que a maioria 57% se acha no estrato médio da população, assim riqueza não é um atributo conquistado ou herdado relevante para o controle dos empregos políticos do Estado. Porem outro dado bastante relevante é a mobilidade social da Elite, “em duas gerações, enquanto 26% dos pais pertence ao estrato social baixo, apenas 6% continuou nesse estrato” (PERISSINOTTO, et al. 2007. p. 58), sendo o restante incorporados aos outros estratos de forma ascendente, formando assim a “elite governante” de classe media.

Falando da ocupação exercida, encontramos grande parte dos membros da elite política como sendo profissionais liberais (39%) e funcionários públicos (37%), Caracterizando uma hegemonia entre o tipo de ocupação uma vez que a grande maioria se encontra em dois tipos totalizando 76% dos entrevistados.

Ao analisarmos o grau de escolaridade da elite, percebemos um segmento altamente escolarizado, “quase 90 % tem ensino superior ou frequenta pós graduação” (PERISSINOTTO, et al. 2007. p. 60), característica essa que é identificada como o basilar *Capital* dessa elite, diferenciando-a da elite tradicional que utiliza a base da riqueza, bens e posses.

Em síntese podemos identificar a elite como homens(83%) brancos(93%) e católicos(65%), nascidos no Paraná (76%), destes (56%) nasceu em Curitiba. Apenas 30% de famílias tradicionais, sendo que a população se distribui com relação a ocupação sendo (39%) profissionais liberais, (37%) funcionários públicos de carreira, sendo políticos profissionais declarados apenas 3 num universo de 54 pessoas. Por fim no governo Lerner a elite político administrativa é altamente escolarizada (89%), desta quase metade tendo estudado na Universidade Federal do Paraná.

Com relação a origem e atributos da Elite político administrativa podemos identifica-la como altamente hegemônica, assim é possível concluir que; “quem governa é convocado a partir de um segmento muito específico da sociedade. Não há, portanto um recrutamento de tipo aberto, mas fechado ainda que a sociedade seja plural e o regime político democrático.” (PERISSINOTTO, et al. 2007. p. 66)

Assim a composição da elite estatal não é resultado de escolhas apenas em um nível político, nem de escolhas neutras, ainda que formalmente sejam apresentadas como tais.

Outra questão central deste capítulo é identificar as vias de acesso ao poder e compreender a trajetória da elite. Quando falamos de recrutamento identificamos duas dimensões, a posição socioeconômica dos indivíduos e a seleção institucional daqueles que irão exercer uma função de comando em uma dada sociedade.

Num primeiro momento somos levados a achar que a elite política é composta por políticos profissionais, atendendo pré requisitos do mundo da política como idade, conhecimento, reputação, tempo livre, entre outros, assim nosso foco neste momento é apresentar dados referentes as carreiras políticas de indivíduos que compõe a elite político administrativa do Paraná no período de 1995 a 2002.

Grande maioria destes indivíduos que ocuparam posições no governo nasceu no Paraná, tendo o primeiro emprego publico na capital como funcionário concursado, seguido carreira político administrativa em Curitiba sem grande inserção partidária. Os postos preteridos são de caráter político administrativo ou técnico político, identificando assim um treinamento bastante específico da elite, pois exercem cargos semelhantes aos que ocupam em governo. Assim se pensarmos a necessidade de habilidades exclusivas para os postos político administrativos, isso sugere que Lerner escolhe para a equipe pessoas que já tem experiencia nas respectivas áreas de atuação.

O elemento mais significativo aqui é o fato destes indivíduos passarem por cargos técnico administrativos e técnico políticos, durante as carreiras políticas, o que em boa medida é uma base para a propaganda ideológica, reforçando a imagem de Lerner como homem publico e apolítico.

A ideologia então passa a ser o elemento principal para conquistar adesões, votos e cargos para o grupo se reunir em torno do governador que utiliza a ideia da superioridade técnica sobre política e poder, criando uma ilusão que garante a legitimidade política e o sucesso, a exemplo do IPPUC reunindo engenheiros e arquitetos em uma conduta dita politicamente neutra e com um saber competente e especializado.

Bastante interessante o fato de Lerner sempre focar suas atribuições pessoais procurando resaltar habilidades como arquiteto, urbanista e planejador, afirmando uma ideologia de caráter técnico na atuação política e jamais destacando questões partidárias ou político ideológica.

Logo esse grupo em nome da administração exhibe feitos apologéticos encontrando no percurso apolítico uma forma da elite estatal progredir preenchendo cargos por indicação com poucas conexões políticas.

Por fim faremos uma análise relacionada ao conjunto de valores dessa elite, verificando assim o tipo de democracia definida por esses indivíduos, sendo a composição e o exercício da cidadania os principais fatores para a composição da democracia.

Grande parte da elite possui padrão comum com relação aos valores políticos, a maioria ainda aderindo a democracia, porem ao serem confrontados com situações concretas a adesão sempre diminui. Uma característica desta elite é a concepção de democracia, majoritária, representativa e procedimental, acreditando ainda que a participação dos cidadãos nos processos decisórios não são essenciais a noção geral de democracia.

A elite aparentemente neutra identifica a participação dos cidadãos como não necessária a produção da democracia, já que a mesma deve ser realizada por técnicos politicamente neutros, sendo a organização do Estado realizada por técnicos neutros, não existe necessidade da participação dos cidadãos segundo esse olhar.

Com relação a valores essa elite é altamente homogênea, seguindo as características ligadas a escolaridade e ao recrutamento, uma vez que os parâmetros

para a escolha é o da indicação política do governador, escolhendo assim pessoas semelhantes e próximas a ele.

### **3.2 A Elite Parlamentar;**

A predominância dos homens nas atividades políticas é um dado reconhecido a tempo embora seja possível constatar um aumento com relação a participação das mulheres em diferentes atividades profissionais o mesmo não podemos identificar com relação a participação feminina na política. Segundo IBGE no ano 2000 o Paraná tinha 37,8% da população economicamente ativa formada por mulheres e 62,2% por homens, porem com relação aos parlamentares os homens são maioria, sendo 97,6% contra apenas 2,4% de mulheres, ou seja apenas 1.

Vale resaltar que a política de cotas para as candidatura feminina foi implementada em 1998, onde partidos deveriam reservar 30% das vagas para candidatas mulheres. Porem as políticas de cotas neste caso tem se mostrado com efeitos insignificantes quanto a participação feminina nas casas legislativas, sendo a participação no Paraná de apenas 9,7%.

Outro dado bastante significativo é a questão da cor dos parlamentares, usando os critérios do IBGE (branca, preta, parda, amarela e outras), 87,8% dos entrevistados se autodefinem como brancos, 4,9% de cor parda e 4,9 de cor amarela, não havendo um único representante dos negros. Destes sendo declarados ainda 80,5% católicos Romanos e 12,2% Evangelicos.

A faixa etária da elite política legislativa encontra-se em uma media de 42 anos, tendo o deputados mais novo 24 anos enquanto o mais velho tinha 58 anos.

Assim temos um conjunto de parlamentares paranaenses no período analisado sendo formado por homens brancos católicos na faixa etária de 36 a 45 anos. Tal composição permite identificar um grupo altamente homogêneo sugerindo que a posse de tais atributos torna o acesso a elite parlamentar mais fácil.

Inúmeros estudos sobre a elite identificam a educação como importante requisito para acesso aos postos de comando numa sociedade. O caso paranaense segue a regra anunciada por inúmeros estudos, como Josef Love que identifica o curso superior como necessário para a elite paulista na primeira republica, pois a educação passa a ser o principal meio de socialização e recrutamento das elites.

Pintner e Rowney afirmam que ao longo dos sec. XVIII e XIX a educação passa a ser critério importante para galgar postos no interior da burocracia no período czarista.

O parlamento paranaense segue a regra do recrutamento e seleção da elite, de acordo com os dados 56,1% tem grau universitário completo ou acima, 22% ainda se encontram com estudos superiores incompletos, sendo que apenas 12,2% possuem ensino médio completo.

A elite paranaense portanto representa uma elite não só do ponto de vista da posição institucional que ocupa, mas também se refere a uma das posses mais importantes para se ter acesso as posições políticas pois apresenta o perfil educacional agregado.

Quanto a educação dos indivíduos analisados é relevante notar quanto a formação superior dos graduados em direito é mais expressiva sendo esta 43% dos que tem curso superior, valor menos acentuado que no Brasil império onde Carvalho (apud, PERISSINOTTO, et al. 2007. p. 79) revela que 70% da elite imperial tinha formação jurídica. Situação esta se alterando ao longo dos anos inclusive no Paraná onde acompanha a tendência geral de diversificação, mas mantém a formação jurídica no topo da lista.

Para Putnam, ter um alto nível educacional na maioria dos casos é mais importante do que ter uma origem social em destaque para a inserção na elite política. Ideia esta que tinha sido apresentada por Mosca no clássico *The Ruling Class* onde o perfil da elite é importante pois possibilita a identificação das profissões mais inclinadas a atividade política.

Do ponto de vista do recrutamento a elite assume um caráter aberto e fechado. A respeito de gênero, etnia e religião, a elite parlamentar paranaense é esmagadoramente composta por homens brancos e católicos, fazendo essa elite extremamente hegemônica, onde tais características são atributos que facilitariam o acesso a assembleia legislativa no período analisado.

Com relação a origem sócio econômica o recrutamento durante o período demonstra-se razoavelmente hegemônico, onde predominam indivíduos oriundos de estratos médios e dotados de alto nível de escolaridade. Tais dados ainda nos permitem analisar que existem muito mais elementos operando no processo seletivo dos parlamentares do que os critérios identificados no processo *Strictu Sensu*.

Outra questão relevante ao analisarmos a elite parlamentar é identificar elementos a cerca da trajetória política dos indivíduos. Neste sentido o olhar visa

saber qual a trajetória para alguém se tornar deputado? E como a política esta estruturada em uma forma hierárquica mais ou menos rígida.

Uma primeira informação marcante é a carreira legislativa como traço predominante me uma parcela significativa dos entrevistados no legislativo, entre os diversos cargos a presença substancia fica a cargo dos vereadores. Destes nem todos seguem uma carreira legislativa pura, mas há uma parcela elevada que se mantem ligada aos cargos do legislativo.

Outro dado relevante é a construção de carreiras no Paraná como um todo, não existindo concentração de carreira parlamentar exclusivamente na capital, observa-se sim que carreiras que iniciam-se no interior migram para a capital.

Temos ainda a informação que a filiação partidária no interior acompanha os cargos de chefia, no entanto não é possível afirmar a existência de uma elite parlamentar com carreira completamente sedimentada, pois encontramos a todo momento estreantes na vida politica o que permite pensar uma abertura do parlamento e a convivência de políticos de carreira com novatos na carreira.

A elite parlamentar pode ser compreendida como um grupo que aderiu ao regime democrático, pois considera esse governo superior a outras formas possíveis. A visão de democracia dos parlamentares ainda encontra-se ligada fortemente a questão do voto, produzindo assim um modelo consensual de adesão ao regime, porem o mesmo sofre variações com relação a posição dos parlamentares no aspecto ideológico esquerda/direita, sedo que quanto mais a esquerda maior a adesão ao sistema democrático.

Acredita-se ainda que a compreensão das elites e adesão a democracia, baseia-se na concepção de um conjunto de valores políticos e de cálculos estratégicos que colaborem com seus interesses.

### **3.3 A elite partidária;**

Primeiramente vamos apresentar a descrição do perfil social e profissional desta elite, demonstrando quais os atributos naturais e quais os atributos conquistados, apresentando ainda a relação entre a origem social do individuo com o partido que dirige levando em consideração o aspecto partidário ideológico.

Com relação a dados pessoais os membros desta elite tendem a ser mais homogêneos com relação a atributos naturais como cor, religião e gênero do que com relação aos atributos conquistados como riqueza e educação.

Fato curioso, mas não encontramos mulheres entre os presidentes identificados nesta elite e a maioria dos presidentes 85,7% é branca, sendo ainda maioria 71,4% católicos. Outro elemento relevante nesta composição da elite é a ausência total de negros na elite partidária. O número de pardos é muito baixo 14,3% contra 85,7% de brancos seguindo assim os parâmetros do Censo realizado pelo IBGE 2000.

Com relação ao nascimento a elite partidária é razoavelmente equilibrada, onde encontramos uma maioria nascida no Paraná, enquanto encontramos um número expressivo dos nascidos em outros Estados, ainda dos nascidos no Paraná metade nasceu na capital e outra metade nas cidades paranaenses.

Outro dado importante é a atividade política regular por parte da família, enquanto 28,6% responderam que os pais tiveram atividade política regular outros 71,4% da elite partidária afirmam não pertencer a famílias tradicionais da política.

Com relação aos atributos conquistados ao longo da vida dos indivíduos tais como escolaridade, ocupação e socialização, percebemos que grande parte da elite como seus pais se encontram em um estrato alto da população, sendo estes 42,9% dos pais e 50% da elite. Sendo ainda 35,7% profissionais liberais.

Sobre a formação superior a elite partidária responde as expectativas esperadas onde 45,4% são formados no curso de direito, Perissinotto seguindo o apontamento de outros autores como LOVE e CARVALHO que apontam tal curso como sendo o principal para o recrutamento dos membros da elite.

Neste segundo momento o foco é mostrar como os membros da elite partidária se distribuem no espectro ideológico, averiguando possíveis relações entre os atributos da elite e a posição do partido no espectro ideológico direita – esquerda.

Com relação ao partido, a maior parte dos entrevistados ocupou a presidência em partidos de esquerda, ficando os partidos de centro e de esquerda empatados com relação ao número de representantes.

Outro dado significativo é “a grande maioria, tanto de partidos de esquerda, tanto nos partidos de centro são brancos e apenas 14,3% do universo de pesquisa declarado ser pardo” (PERISSINOTTO, et al. 2007. p. 105)

Na religião encontramos a maioria declarada como católicos tanto em partidos de esquerda como centro e direita, sendo apenas um entrevistado declarado

evangélico encontrando-se num partido de direita o PFL e dois declarados sem religião, um do PT e outro do PMDB.

Com relação a escolaridade, encontramos um alto nível de instrução, tanto em partidos de direita como em partidos de esquerda, o dado significativo é o fato que todos os presidentes de partidos de direita possuem alta escolaridade, sugerindo que a posição de partidos de direita estudam mais que partidos de centro ou de esquerda.

Quando falamos da experiência a elite partidária do Paraná apresenta grande experiência anterior a posição de elite principalmente em cargos eletivos, a elite partidária assim diferencia-se das outras pois apresenta experiência anterior a política, principalmente fora do Estado.

Experiência esta relacionada diretamente ao tempo de carreira, já que a maioria possui de 6 a 30 anos de experiência e onde encontramos uma concentração entre 11 e 20 anos, fator esse somado a parte significativa de já terem comandado a direção estadual de um partido antes do período analisado. Outro fator importante é que a elite não é provincializada visto que boa parte tem experiência em nível federal antes do ingresso no grupo.

Podemos assim definir que para participar desta elite partidária paranaense é necessário ter experiência em cargos políticos principalmente em cargos federais, ou seja sair do estado para ao regressar ser reconhecido como figura importante do partido e assim se torne representante Maximo.

A partir do exposto podemos concluir que os indivíduos que compõem a elite partidária se posicional majoritariamente na esquerda do espectro político ideológico, principalmente os presidentes de partido se posicional a esquerda do espectro, criando inclusive uma resistência ao se identificar com a direita no espectro ideológico.

Existe ainda uma manifestação surpreendente com relação ao sistema democrático e em especial a esse modelo de democracia. A elite partidária ainda apoia fervorosamente políticas sociais específicas, como a exemplo a reforma agrária e a política de cotas para negros. Políticas essas visíveis naqueles posicionados a esquerda do espectro, não sendo perceptivelmente clara nas outras projeções do espectro.



## 1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho podemos apresentar algumas considerações bastante significativas. A primeira é a atualidade da teoria das elites principalmente na releitura de seus fundadores, Mosca e Pareto ainda hoje são autores determinantes para o esclarecimento não somente em um nível teórico como principalmente para conduzir nosso olhar a uma observação mais criteriosa a cerca da ciência política, nos levando a perceber que a identificação da elite depende inicialmente do observador.

A segunda consideração é a cerca do modelo de democracia elaborada por Dahl, ele redefine de forma brilhante os critérios para a identificação da democracia de forma impar e pontual, apresentando detalhadamente os elementos necessários a democracia, assim Dahl apresenta alguns requisitos para uma democracia de um grande numero de pessoas.

O interessante após analisarmos as garantias apresentadas por Dahl é olharmos para a existência das mesmas na nossa democracia, digo isso ao compararmos a obra *Poliarquia* com a obra *Quem governa?*, identificamos uma sociedade democrática sim, porem extremamente elitista, encontramos a liberdade de expressão, a organização partidária, o direito ao voto, eleições livres e idôneas, direitos políticos entre outras garantias, enfim uma sociedade onde a democracia se torna a cada nova eleição um processo de inclusão e representatividade.

*Quem governa?* Porem nos leva após a leitura inicial preocupada com a composição de um processo democrático a um olhar voltado a composição dos principais atores desse processo ou seja a elite, a obra então nos direciona a identificar quem é a elite em três níveis na nossa sociedade, quem é a elite politico administrativa, quem é a elite parlamentar e quem é a elite partidária.

A cada pagina, a cada novo dado apresentado pelos pesquisadores, a todo momento a leitura nos leva a repensar a tese de Mosca e Pareto, e na existência de uma minoria que governa e uma maioria governada, esse terceiro momento é o grande sintetizador de toda a análise proposta pois pudemos sim confirmar a teoria elitista e não apenas de modo teórico mas sim saber quem realmente são, de que forma estão distribuídos, quais os seus valores, quem representam e de que forma suas decisões podem nos afetar.

Acredito que este trabalho de forma simples conseguiu cumprir seu papel, apresentar e correlacionar grandes teóricos da ciência política, a intenção em momento algum foi realizar um grande tratado ou apresentar uma visão unilateral sobre os temas abordados, desta forma acreditamos que os objetivos foram alcançados, tendo a ciência política atingindo sua finalidade, esclarecer o interlocutor sobre a estrutura e funcionamento do poder na esfera política a partir da identificação da elite.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2005. 234p.

GRYNSZPAN, Mario. **Ciência, política e trajetórias sociais : uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. 255 p.

MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. **Historia das doutrinas políticas**: desde a antiguidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 416p.

**QUEM governa?**: um estudo das elites políticas do Paraná. Renato Monseff Perissinotto, Andressa Silvério Terra França. [Curitiba]: Editora UFPR, [2007]. 354p., il.; gráfs., tabs. (Pesquisa; v. n.122). Inclui bibliografia e notas. ISBN 9788573351866 (broch.).

SOUZA, Amaury de; 1966 - Sociologia Política - 1ª Ed. - **Textos Básicos de Ciências Sociais** - Ed. Zahar - Rio de Janeiro - Brasil - 130 p.